

A INFLUÊNCIA MARXISTA NO PROCESSO CONSTITUTIVO DO SERVIÇO SOCIAL

THE MARXIST INFLUENCE IN THE CONSTITUTIVE PROCESS OF SOCIAL WORK

LA INFLUENCIA MARXISTA EN EL PROCESO CONSTITUTIVO DEL TRABAJO SOCIAL

Daniele Sarabia Lima¹
Regina Célia de Oliveira Belo²

Resumo

Este estudo tem por objeto de análise os fundamentos históricos e teórico-metodológicos (FHTM), do Serviço Social, na sua dimensão metodológica e teórica marxista. Nesse sentido, indaga-se em que medida o marxismo influenciou o processo constitutivo do Serviço Social enquanto categoria profissional. Sabe-se da necessidade de constante apropriação, pelo profissional assistente social, dos fundamentos do Serviço Social, atualização essa que se faz relevante para que não incorra em práticas interventivas consideradas superadas. Para tanto, identificar e analisar, no contexto brasileiro, as teorias norteadoras da prática interventiva do assistente social, da sua gênese até a opção pela teoria social crítica, torna-se o objetivo desse estudo que, ao longo do texto, trata de responder às seguintes questões: Quais foram as teorias adotadas pelo Serviço Social? Qual o impacto na intervenção profissional que cada perspectiva representou? Quais fatores contribuíram para a opção por teorias apropriadas pelos assistentes sociais no seu processo constitutivo? A teoria social crítica implica em quais embates para o Serviço Social? A pesquisa bibliográfica foi a metodologia utilizada nessa construção, realizada a partir de livros, artigos científicos, mas, sobretudo, da extração de informações coletadas das videoaulas ministradas nas disciplinas de FHTM: dimensões metodológica e marxista do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Fundamentos teórico-metodológicos. Teoria marxista.

Abstract

This study aims to analyze the historical and theoretical-methodological (FHTM) foundations of Social Work, in its methodological and theoretical Marxist dimension. Thus, it is asked to what extent Marxism influenced the constitutive process of Social Work as a professional category. The need for constant appropriation by the social worker professional of the fundamentals of Social Work is known, an update that becomes relevant so that it does not involve intervention practices considered outdated. To this end, to identify and analyze, in the Brazilian context, the guiding theories of social worker interventionist practice, from its genesis to the option for critical social theory, becomes the objective of this study, which, throughout the text, tries to answer the following issues: What were the theories adopted by Social Work? What is the impact on the professional intervention that each perspective represented? What factors contributed to the choice of theories appropriated by social workers in their constitutive process? The critical social theory implies in which clashes for Social Work? Bibliographic research was the methodology used in this construction, carried out from books, scientific articles, but, above all, from the extraction of information collected from video classes taught in the disciplines of FHTM: methodological and Marxist dimensions of Social Work.

Keywords: Social Work. Theoretical-methodological foundations. Marxist theory.

Resumen

Este estudio tiene como objeto de análisis los fundamentos históricos y teórico-metodológicos (FHTM) del Trabajo Social, en su dimensión metodológica y teórica marxista. Así, indaga en qué medida el marxismo tuvo influencia en el proceso constitutivo del Trabajo Social, como grupo profesional. Es conocida la necesidad de

¹ Graduanda no curso de Serviço Social pelo Centro Internacional Universitário - Uninter, Polo de Fazenda Rio Grande -PR, 2020. E-mail: danielesarabia@hotmail.com.

² Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná - Litoral, Brasil (2013). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, Brasil. E-mail: regina.belo.tutora@gmail.com.

constante actualización del trabajador social acerca de los fundamentos del Trabajo Social, para que no se produzcan prácticas de intervención consideradas superadas. Por ello, identificar y analizar, en el contexto brasileño, las teorías orientadoras de la práctica interventora del trabajador social, desde su génesis hasta la opción por la teoría crítica, es el objetivo de este estudio que, a lo largo del texto, trata de contestar a las siguientes cuestiones: ¿cuáles fueron las teorías adoptadas por el Trabajo Social? ¿cuál es el impacto que cada perspectiva produjo sobre la intervención profesional? ¿qué factores contribuyeron para la opción de los trabajadores sociales por teorías apropiadas en su proceso constitutivo? ¿qué retos la teoría social crítica genera para el Trabajo Social? La investigación bibliográfica fue la metodología usada en esta construcción, realizada a partir de libros, artículos científicos, pero, sobre todo, de informaciones extraídas de las videoclases de las disciplinas de FHTM: dimensiones metodológica y marxista del Trabajo Social.

Palabras-clave: Trabajo Social. Fundamentos teórico-metodológicos. Teoría marxista.

1 Introdução

Este estudo objetiva identificar e analisar as apropriações feitas pelo Serviço Social, no contexto brasileiro, das teorias norteadoras da prática interventiva, desde a sua gênese até a opção pela teoria social crítica. Apoiar-se na reflexão de autores sobre os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social (FHTM), na sua dimensão metodológica e na dimensão teórica marxista. Essas discussões abordam as diferentes correntes teórico-filosóficas e de pensamento que contribuíram, cada qual da sua forma, para que o Serviço Social na contemporaneidade ganhasse visibilidade e reconhecimento, enquanto profissão inserida no espaço sociotécnico do trabalho e na sua atuação interventiva junto à realidade social.

Para isso, situa-se no tempo e no espaço em que cada vertente foi inserida na profissão, estabelece relações entre as intenções de cada teoria e sua influência no fazer profissional. Esse resgate é relevante com vistas a responder a interrogantes como: Em que medida o marxismo influenciou no processo constitutivo do Serviço Social enquanto categoria profissional? Considerando a opção atual pela teoria social crítica, essas reflexões contribuirão para que o profissional não incorra em práticas interventivas consideradas superadas na contemporaneidade?

Atualmente o Serviço Social é uma profissão inserida nos mais diversos espaços socio-ocupacionais; foi reconhecida pela Lei 8.662/93, que “dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências” (BRASIL, 1993). No entanto, muitas mudanças ocorreram no interior da categoria profissional, de forma que, para a compreensão do Serviço Social contemporâneo, se faz necessário resgatar o percurso traçado.

Sendo assim, este estudo apresenta as experiências que permearam essa construção histórica e que influenciaram significativamente para que atualmente o Serviço Social seja uma profissão interventiva, atuante nas mais diversas realidades sociais, dinâmico assim

como a sociedade o é, capaz de se autoanalisar e modificar-se quando necessário, para responder às demandas postas pela população.

2 Metodologia

Este estudo partiu de pesquisa bibliográfica, com leitura de livros e artigos científicos, mas, sobretudo de informações apreendidas em videoaulas das disciplinas de FHTM: Dimensões metodológicas e marxistas — disponibilizadas via AVA e na rota de estudo —, ministradas pelas professoras Raquel Barcelos de Araújo e Neiva Silvana Hack.

2.1 Fundamentação teórica

Entre as disciplinas que abrange a grade curricular do curso de Serviço Social, as de FHTM ganham relevância devido ao peso que a historicidade tem na constituição do presente, de forma que serão aqui apontadas duas dimensões distintas, porém complementares, a saber: a dimensão metodológica e a dimensão teórica marxista.

Albiero (2018), norteadas por conceitos elaborados pelos autores Lakatos e Marconi (2007), Hegenberg (1976) e Ferrari (1976), sintetiza a definição de método da seguinte forma

O método científico ou o conhecimento científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa e vai além do empírico, do imediato, do que está posto na realidade (ALBIERO, 2018, p. 4).

Distingue-se, portanto, da metodologia, que trata dos “procedimentos e regras por determinado método” (ALBIERO, 2018, p. 6).

O Serviço Social se apropriou de diferentes metodologias em distintos períodos históricos, nem sempre de forma linear; metodologias representativas de intencionalidades que repercutiram na intervenção profissional junto à população atendida, práticas que foram sendo modificadas devido às influências sociais, políticas, econômicas e religiosas que redundaram nas transformações que se têm na atualidade.

No Brasil, a ação social da igreja católica será o ponto de partida para a prática de intervenção junto à população empobrecida; de 1930 a 1940, a ação social no Brasil tem suas bases vinculadas à doutrina social da igreja católica, momento em que predominava a corrente de pensamento desenvolvido por Santo Tomás de Aquino (o neotomismo), propagada na França e Bélgica (franco-belga) (ALVES, 2017, p. 123; YAZBEK, 2009, p. 167).

Segundo Aguiar (1995, p. 39), o neotomismo caracteriza-se, entre outros elementos, por “princípios de dignidade da pessoa humana, do bem-comum, entre outros hauridos em Santo Tomás”; complementa o autor que “iluminaram a teoria e prática do assistente social, desde 1936 até 1960 de maneira preponderante” (AGUIAR, 1995, p. 39).

Em 1936, na cidade de São Paulo, funda-se a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, como parte da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP); em 1937, o Rio de Janeiro inaugura o Instituto de Educação Familiar e Social, com o mesmo intuito de capacitar futuros profissionais assistentes sociais (ALBONETTE, 2017, p. 24).

Nas décadas de 1940/1950, o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana e passa a incorporar — nos cursos e na prática — a corrente de pensamento positivista, que defendia o lema “manter a ordem para se atingir o progresso”. Na sequência, de forma concomitante, a categoria adota a perspectiva funcionalista; ambas as vertentes possuem como similaridades o ajuste do “indivíduo à sociedade ou responsabilizá-lo pelo seu desalinho” (ALBONETTE, 2017, p. 26).

Corroborando essa premissa, Yazbek (2009, p. 167) sinaliza que “o contributo do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus ‘clientes’ na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes”.

Em meados das décadas de 1950, a profissão do Serviço Social no Brasil é reconhecida pela promulgação da Lei n° 3.252/1957 (BRASIL, 1957), a qual explicitava a intenção do Estado de utilizar profissionais como estratégia para controle social da população pobre. A lei em questão foi revogada pela Lei 8.662/1993 (BRASIL, 1993), em vigência até o momento.

Importa destacar que não houve uma linearidade temporal quanto a matrizes utilizadas pelo Serviço Social, mas que, a depender do período, uma evidenciou-se em detrimentos de outras.

Com a ditadura militar (1964/1985) instaurada no Brasil, houve uma forte repressão aos movimentos sociais que emergiam, pleiteando reconhecimento e implantação de direitos, assim como melhorias nas mais diferentes áreas de atuação como: educação, saúde, trabalho e suas condições, entre outras (SOUZA, MEIRELLES; LIMA, 2016, p. 112).

José Paulo Netto (2015), em uma das múltiplas análises que realiza a respeito da ditadura no Brasil, aponta que “por dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção aberta, tais setores conseguiram que um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social” (NETTO, 2015, p. 34).

O momento político que o Brasil atravessava fez com que os assistentes sociais se questionassem quanto ao espaço que de fato ocupavam; iniciou-se assim a interlocução entre profissionais de diferentes estados do Brasil com vista a debater possibilidades de mudanças, aguçadas pela constatação da existência de diferentes formas adotadas para a atuação profissional. Esse contato redundou em importantes seminários para debates e reflexões, entre os quais os de Araxá (1967), Teresópolis (1970), Sumaré (1978), Alto da Boa Vista (1984) (ALVES, 2017, p. 58-68).

O Serviço Social, ao se aproximar da teoria marxista, fará emergir a consciência no interior da categoria, enquanto componente da sociedade de classes, como destaca Yazbek (2009, p. 173): “a vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem os recursos ao pensamento de Max”. Situação que será reconhecida como o marxismo vulgar, ou marxismo sem Marx.

A apropriação do marxismo vai sendo construída ao longo do tempo e perpassa pelo Movimento de Reconceituação no Serviço Social.

A primeira aproximação do Serviço Social latino-americano ao marxismo — universo cultural e político inteiramente estranho e alheio à nossa história Profissional — ocorre, nas décadas de 1960-1970, a partir do Movimento de Reconceituação na América Latina (IAMAMOTO, 2018, p. 212).

O Movimento de Reconceituação é um marco decisivo de ruptura do Serviço Social com perspectivas conservadoras; espaços foram sendo galgados desde a década de 60 e atingiu-se o ápice na década de 80. Contudo, ainda na contemporaneidade, a categoria ainda realiza ações para a sua consolidação. Faleiros (2007, p. 161) sinaliza esse mesmo entendimento quando diz que “a reconceituação não acabou”.

Souza, Meirelles e Lima (2016, p. 188-189), citando Netto (1996), apresentam a divisão do Movimento de Reconceituação atribuída ao autor, em três distintos momentos, a saber:

1) Perspectiva modernizadora – representada pelos Seminários de Araxá (1967) e Seminário de Teresópolis (1970); esse momento é caracterizado pela racionalidade burocrático-administrativa.

2) Reatualização do conservadorismo – representada pelo Seminário de Sumaré (1978) e o Seminário do Alto da Boa Vista (1984), caracterizada pela tentativa de restaurar a herança histórica e conservadora, negando o pensamento positivista e o materialismo crítico-dialético; acolhe a perspectiva fenomenológica.

3) Intenção de ruptura – representada pelo vínculo nascente com o pensamento crítico no âmbito das universidades, em especial na Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- Minas).

Em síntese, pode-se dizer que o Serviço Social deixa de ser apenas executor de políticas sociais, passando de forma crítica a planejá-las, administrá-las e monitorá-las, bem como a valorizar o campo da pesquisa e construção de bibliografia específica na área.

Nesse período, a aproximação com os Movimentos Sociais já influenciava os novos olhares da categoria, que se voltava para a defesa intransigente da classe trabalhadora; impactava, entre outras mudanças, na definição do projeto ético-político da profissão, composta atualmente pelo Código de Ética (1993), pelas diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social (1996) e pela lei que regulamenta a profissão (8.662/1993), o que implica a superação da visão de neutralidade profissional, estabelecendo assim um posicionamento ético-político.

Deve-se salientar que, nem nesse período destacado, nem na contemporaneidade, é possível afirmar uma adoção da perspectiva marxista de forma homogênea no interior do Serviço Social. Esta busca ainda se faz.

A dimensão teórica marxista implica a leitura da totalidade da realidade; decorrente dela está a teoria social crítica, que orienta atualmente a categoria do Serviço Social, conforme aponta Iamamoto (2004, p. 9):

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, a partir da teoria social crítica, é entendida como reprodução da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições. É reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social: um modo de viver e de trabalhar socialmente determinado.

A gênese da teoria marxista advém da inquietude e não aceitação da realidade; foi desenvolvida por Karl Marx (1818-1857).

Segundo Iamamoto (2018, p. 205):

Marx é um pensador clássico, cuja produção vai além de seu tempo. Mas não é apenas um dentre outros clássicos: apresenta uma teoria que explica e nega a sociedade burguesa. Marx compreende cada forma no seu fluxo, no seu movimento contraditório, em sua dimensão histórica transitória, cuja interpretação é presidida por um radical humanismo que tem por centro atividade criadora do homem expressa no trabalho.

Nesse sentido, Marx não se limitou a explicações da realidade, pelo contrário, desenvolveu a teoria que objetivava a superação do sistema vigente na época. Aprofundou nos

estudos bibliográficos de diferentes autores para se apropriar do que se tinha até então, para depois concordar em parte com uns, criticar outros e modificar algumas linhas de pensamento desenvolvidas, de acordo com o que acreditava.

A Revolução Francesa (1789) e, sobretudo a Revolução Industrial do século XVIII, impuseram na sociedade drásticas mudanças, que foram significativas para a elaboração das análises de Marx, pois deriva desses marcos históricos a divisão social em classes: os burgueses e os proletários, permeados pelo sistema capitalista.

Iamamoto (2018, p. 217) afirma que a relação entre teoria marxista e Serviço Social, de forma mais incisiva, se dá a partir da década de 80, em especial via contribuições acadêmicas, que fundiram tal teoria com a leitura da realidade feita pelos profissionais e a própria análise da profissão em uma perspectiva histórica.

Gramsci se destaca como um dos mediadores da corrente filosófica do Serviço Social. Sua interpretação do marxismo é a mais propagada na América Latina e, conseqüentemente, no Brasil.

Para contextualizar de forma mais atual a relação do Serviço Social com o marxismo, Tavares (2013, p. 10) apresenta uma oportuna reflexão:

A mim me parece mais apropriado dizer que o Serviço Social é a profissão que mais reúne seres humanos indignados, mas isso não faz de todos marxistas. Ressaltaria que a formação desse profissional, apesar dos enormes avanços, ainda não conseguiu acumular os recursos intelectuais necessários para que essa indignação se constitua na ponte que conecte todos os assistentes sociais ao “conhecimento totalizante”. Daí os muitos marxismos, os quais não permitem aspirar a uma oposição unificada contra o capitalismo.

Explicita a autora a necessidade de constantes apropriações, tanto pela categoria quanto pelo profissional, da teoria que norteia a prática interventiva, considerando que ela pode tanto emancipar quanto contribuir para a reprodução de questões postas.

Contudo, existe a prerrogativa hegemônica de que o profissional assistente social analise a conjuntura da sociedade como um todo, para que sua intervenção oportunize alternativas de escolhas, desconhecidas por vezes pelos usuários dos serviços e com isso contribuir para a emancipação das classes desfavorecidas, visando, sobretudo a superação da ordem vigente.

3 Considerações finais

Sobre as diferenças das disciplinas no Serviço Social, pode-se inferir que a corrente filosófica teórica marxista tem a sua gênese marcada pelo questionamento e crítica feitos por

Karl Marx (1818-1857) ao sistema capitalista. Desde o início, essa linha teve como pressuposto a luta de classes entre burguesia e operariado e a influência gerada pela forma de produção e reprodução capitalista; preocupa-se por analisar a conjuntura estrutural de determinada sociedade em sua totalidade, assim como seus impactos nos diferentes segmentos da vida do indivíduo, entre outros.

Já a metodologia utilizada pelo Serviço Social, desde a sua origem perpassa diferentes correntes de pensamento filosófico, entre eles o (neo)tomismo, que procurava conformar os indivíduos com a sua sorte; o positivismo que propunha ajustar o homem ao meio, redundando em práticas pontuais, clientelistas; a fenomenologia e sua prática psicologizante; a teoria social crítica, que considera o ser em sua totalidade. Além disso, a ação social, berço do Serviço Social, nasce da manifestação de um grupo específico — a Igreja, com interesses envolvidos (SOUZA; MEIRELLES; LIMA, 2016, p. 148-149).

As semelhanças de ambas são notórias por compor as dimensões constitutivas do Serviço Social, juntamente com a dimensão ético-política e técnico-operativa, formando o tripé norteador da categoria. Como algumas características semelhantes entre as disciplinas, podemos observar que ambas buscam conhecimentos de diferentes áreas do saber, analisam a conjuntura estrutural da sociedade como um todo para intervenção, propõem a superação da ordem posta, intervêm na realidade oportunizando alternativas de escolha que a população desconhece, voltam-se para a emancipação das classes desfavorecidas, entre outros.

Salienta-se que, na atualidade, tendo a categoria leis, normas, resoluções, código de ética, projeto ético-político bem definidos e estando ela embasada na vertente marxista, o profissional não tem que seguir modelos rígidos, pelo contrário, esses instrumentos dão a ele uma direção, uma possibilidade de se reinventar, de se aprimorar para que, de forma atualizada, qualificada e crítica, possa responder às demandas geradas pelas diversas expressões da questão social, que também são dinâmicas.

Dessa forma, conclui-se que a proposta inicial do trabalho foi atingida pois se puderam contemplar os princípios que permearam a constituição do Serviço Social; entretanto, é preciso considerar que se trata de um tema denso, o que inviabiliza o seu esgotamento nesse espaço. Em resumo, infere-se que a apropriação do Serviço Social da teoria social crítica, adotada hegemonicamente pela categoria, influencia sobremaneira em intervenções voltadas para a garantia de direitos e não de ajuste ao meio ou responsabilização dos sujeitos pelas suas realidades.

Ademais, cabe destacar a capacidade da categoria profissional de refletir a respeito da sua própria forma de intervir na realidade, submetendo-se às mudanças, o que demonstra a

capacidade do Serviço Social de se transformar, ao mesmo tempo em que transforma o seu meio.

Referências

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

ALBIERO, Cleci Elisa. **Pesquisa em Serviço Social**. Curitiba: UNINTER, Centro de Criação e Desenvolvimento Dialógico, AVA, Rota de Estudos, 2018. Material complementar referente a aula de pesquisa em serviço social, aula 01. Disponível em: http://ava.grupouninter.com.br/ccdd/producao/ccdd_grad/servSocial/pesqServiSocial/a1/inclues/pdf/impresao.pdf. Acessado em: 05 out. 2020.

ALBONETTE, Eliana Aparecida Gonzalez. **Serviço Social no Brasil: panorama histórico e desafios**. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.

ALVES, Marcia Oliveira. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social: das origens aos dias atuais**. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017.

BRASIL. **Lei Federal nº 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acessado em: 31 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957**. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3252.htm#:~:text=LEI%20No%203.252%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201957.&text=Regulamenta%20o%20exerc%C3%ADcio%20da%20profiss%C3%A3o,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=14%20e%20seu%20par%C3%A1grafo%20da,13%20de%20junho%20de%201953. Acessado em: 10 out. 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégia em Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A.E. *et al.* **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf. Acessado em: 10 out. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Marxismo e Serviço social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603>. Acessado em: 10 out. 2020.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

SOUZA, Daniele Graciane de; MEIRELLES, Gisele Ávila Leal de; LIMA, Silvia Maria Amorim. **Produção capitalista e fundamento do Serviço Social (1951-1970)**. 1. ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.

TAVARES, Maria Augusta. Marx, marxismos e Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 09-11, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v16n1/v16n1a02.pdf>. Acessado em: 10 out. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2009. *E-book*. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>. Acessado em: 10 out. 2020.